



# 24 horas

em notícia

## Operação stop-vigilância

POR INICIATIVA do Comando Operacional do Continente, Forças e Milícias realizaram nos aços a Lisboa uma operação "stop" cuja finalidade foi, para além do objectivo normal dessas operações, a manutenção de vigilância activa após os acontecimentos registados no último fim-de-semana.

## Veiga Simão continua na O. N. U.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, general Francisco da Costa Gomes, pediu ao prof. Veiga Simão que continuasse a exercer as funções de embaixador de Portugal junto das Nações Unidas.

Tanto quanto julgamos saber, o prof. Veiga Simão aquiesceu à solicitação de Costa Gomes.

## Domingo de apoio ao M.F.A.

ESTAMOS convencidos de que o povo isso compreenderá e que poderá fazer do próximo domingo uma jornada de vitória nacional, de vitória do 25 de Abril. O que pretendemos é que as massas, quer do campo quer da cidade, os intelectuais, etc., demonstrem ao País esta unidade com as Forças Armadas, aliança no trabalho quotidiano. E por isso aqui exortamos que façam do próximo domingo uma jornada de trabalho nacional, comemorando a vitória que acabamos de obter.

A este apelo lançado pelo Primeiro-Ministro no fim de um domingo cheio de acontecimentos de bastidores e de expectativa — ao falar em simultâneo pela televisão e por todas as redes emissoras cerca das 11 horas da noite — responderam sindicatos, grupos de trabalhadores e diversas organizações democráticas com grande entusiasmo.

Aconteceu desde segunda-feira a declaração de adesão cada vez mais numerosa à campanha do Domingo de Trabalho, depois de esclarecidas algumas dúvidas referentes à utilização a dar, por um lado, ao dia extra auferido pelos trabalhadores, por outro, ao facto extra que mais um dia de laboração significasse para as empresas. Deixadas as soluções «a imaginação de cada um», vemos a Inter-sindical e a União dos Sindicatos do Norte pronunciarem-se, dando a sua interpretação do sentido da Jornada. Enquanto a primeira afirma genericamente que tudo se deve passar como num dia de semana normal, a segunda distingue as actividades produtivas dos serviços e aconselha os trabalhadores destes a associarem-se a trabalhos comunitários, mais directamente produtivos, inteirando-se daí necessidades das Câmaras e das Juntas de Freguesia.

Alguns «conflitos de interpretação» surgiram, com efeito, como no caso dos trabalhadores dos CTT em que, a Administração decidiu unilateralmente não pagar o dia o que levou os trabalhadores a tomar uma posição firme: dizendo: «Que só a consciência revolucionária dos trabalhadores deve caber a decisão sobre o destino a dar aos salários auferidos por um dia de trabalho voluntário, mas suplementar...» o que levou a Administração dos CTT a reconsiderar e a voltar atrás sobre a sua posição.

O mesmo direito de decidir sobre o destino do seu dia de salário reivindicaram diversos sectores que decidiram por exemplo, utilizá-lo para o Fundo de Greve do seu Sindicato, para as Obras Sociais dos mesmos, para a Assistência a Deficientes, para os Desempregados, etc.

Certas entidades patronais aparecem a oferecer o lucro suplementar desse dia ao MFA.

Respondendo a dúvidas surgidas de vários sectores católicos, o Episcopado veio socorrer os espíritos, afirmando que os cálicios podiam, sem pecar, aderir à proposta do Primeiro-Ministro.

Quanto ao trabalho a produzir no Domingo surgiram vários tipos de propostas que vão desde o trabalho normal (onde este se justificou, ao pôr em dia as tarefas em atraso, funcionários públicos), à discussão por todos os trabalhadores sobre problemas de fundo que se levantam nos respectivos sectores (médicos, alguns órgãos de informação), à programação a longo prazo dos seus serviços (professores), à limpeza e conservação das respectivas instalações (algumas escolas e liceus). Todos os que não se integraram no seu trabalho habitual foram chamados a colaborar pelo MDP-CDE (através das Juntas de Freguesia) em trabalhos comunitários, tais como o auxílio aos pequenos agricultores, nos campos, limpeza de caminhos e de edifícios públicos, cuidar de escolas, limpeza de hospitais etc. Também o Movimento Democrático das Mulheres deu sugestões, nomeadamente através do programa CDE: que as «donas de casa» fossem tomar conta de crianças para jardins e colectividades, que — não podendo sair de casa — fizessem bolos para levar a asilos e hospitais.

Aderem igualmente ao Domingo de Trabalho artistas plásticos que, no seguimento de ideias surgidas no 10 de Junho, se propõem colaborar na decoração das paredes do metropolitanas e outros lugares públicos e os graficos farão cartazes «antifascistas». Os músicos tocarão nos jardins e parques, havendo um concerto da Orquestra Filarmónica do Rossio.

Este dia que terá carácter voluntário, deverá ser vivido como Reafirmação do espírito democrático, do valor do trabalho e como apoio ao MFA e à sua aliança com o povo, segundo exortações dos diversos movimentos democráticos que apoiam a iniciativa.

ALVES, José

# O "28 de Setembro" na Imprensa estrangeira

PARA A IMPRENSA de direita de todo o Mundo, os acontecimentos do passado dia 28, em Portugal, foram o soar da hora de passar ao ataque, atendendo a que as críticas ao processo de descolonização, nomeadamente no que se refere a Moçambique, não tinham passado de pequenas alusões. Se excluirmos a mera histeria (caso da Imprensa espanhola), os analistas políticos revelaram uma confrangedora falta de conhecimento do que estava em causa, tendo passado a glosar de forma sistemática o mote do caos económico, alicerçados, a partir de segunda-feira passada, nas declarações do Presidente da República cessante. Para a esquerda e mesmo para um certo centro (que não se limitou a repetir, com certa circunspeção, as teses da direita), foi posta em realce a resposta do Governo Provisório e do MFA a uma situação de impasse gerada pela conspiração que decorria. A síntese que se segue demonstra bem até que ponto a "grande imprensa" internacional está informada sobre o nosso País.

## Grécia: o paralelismo das situações

NAO SERÁ talvez exagero dizer que a Grécia foi o país que mais intensamente viveu os acontecimentos ocorridos em Portugal no último fim de semana, os quais tiveram um impacto considerável nos sectores mais politizados da população helénica. Como assinalou o correspondente de «Le Monde» em Atenas, Marc Marceau, as razões dessa «identificação» são compreensíveis, porque existem várias analogias entre os dois países:

«Tal como os portugueses, mas num período infinitamente mais curto, os gregos conheceram a ditadura e passaram subitamente da tirania à liberdade. Assim como Portugal enfrenta as dificuldades complexas da descolonização, a Grécia está confrontada com o problema cipriota. Ambos os países estão igualmente dotados de Governos de «união nacional» por definição heterogéneos, que se debatem com os problemas levantados pela liquidação do passado e construção de instituições democráticas. Em Portugal, foram as Forças Armadas que derrubaram o regime ditatorial. Na Grécia, foram os militares que, caídos na sua própria armadilha, fizeram apelo a Karamanlis e ordenaram o poder aos civis. Por último, nos dois países, o poder não tendo ainda sido legalizado, por um mandato popular, sofre as pressões das forças políticas que querem acelerar o processo de democratização.»

Como seria de prever, os jornais das várias tendências tentam tirar da actualidade portuguesa, em especial da demissão do general Spínola, as lições correspondentes à sua própria perspectiva da evolução dos acontecimentos na Grécia. Assim, o diário «Kathemerini» (conservador) considera que a forma como se passaram as coisas em Portugal dá razão àqueles que, em Atenas, consideram que o regresso à legalidade democrática deve fazer-se por

etapas, sem precipitação, e passando por eleições. Estabelecendo a analogia, «Kathemerini» diz que a Grécia, mergulhada em plena crise nacional, sempre em pé de guerra, sofrendo as consequências do caso cipriota, deve evitar torvelinhos demasiado profundos.

«Estia», outro jornal conservador, entende que o povo português esqueceu-se do jogo da democracia parlamentar e, por isso, não pode passar de um dia para o outro da ditadura à vida democrática. Na opinião do «Estia», o general Spínola, que tal como Karamanlis se encontrava à frente de um «Governo mosaico», fez mal em não proceder imediatamente a eleições gerais e em deixar-se ultrapassar pelas forças de Esquerda. Essas forças fazem pesar sobre Portugal «a ameaça da anarquia vermelha», declara o jornal, acrescentando que na Grécia «os diversos detentores do poder vermelho querem apoderar-se do poder pela força».

A Imprensa grega de esquerda, que vê na crise portuguesa um novo fiasco da política americana, adopta um tom completamente oposto. «Athinaiki», por exemplo, escreve: «A falta cometida por Spínola foi não liquidar as sequelas da ditadura e querer compor as coisas, o que é inconcebível quando um povo que sofreu a tirania durante muito tempo está resolvido a defender uma liberdade que foi paga caro. O fim pouco glorioso de Spínola deve servir de lição aos que querem enganar o povo e tentam, por meio de artifícios, desviar as suas aspirações.»

Por sua vez, os dois jornais comunistas, «Avghi» e «Rizospastis», põem em relevo a vitória alcançada pelas forças populares e o Exército que, unidos, fizeram fracassar a tentativa golpista da «direita fascista». Ambos os jornais dão a entender que o mesmo poderia vir a verificar-se na Grécia.

## França: do alarmismo à análise fria dos factos

NA PRIMEIRA página de todos os jornais desde há mais de uma semana, o menos que se pode dizer dos últimos acontecimentos em Portugal é que foram seguidos em França com uma atenção muito especial.

Assim, desde a manhã de sábado último, «France Soir» dava em título, à largura da primeira página: «Portugal: ameaça de guerra civil». Em editorial igualmente alarmista intitulado «a fronteira inelutável», o grande diário informativo fazia notar que, após cinco meses de «frágil unanimidade de fachada», Portugal reencontrava «todas as clivagens que perfiguram as guerras civis», precipado ainda que era «o homem forte de Portugal, o general Spínola», quem tinha tomado a iniciativa de «precipitar o confronto», assumindo todos os poderes para tentar reduzir o silêncio ou apenas reduzir, uma esquerda cada vez mais poderosa.

É referindo a origem do confronto, o «Quotidien de Paris» (independente), fazia notar que desde sexta-feira à noite era claro que a manifestação silenciosa em que o povo português tinha sido convidado a participar pelo general Spínola tinha sido orquestrada por todas as forças de direita hostis ao Governo do general Gonçalves, indo ainda mais longe, «Le Monde» considerava, pelo seu lado, que era igualmente evidente que «as forças de direita, apoiadas por elementos da extrema-direita, se prontificavam a tomar à letra o apelo lançado no dia 10 de Setembro pelo general Spínola à maioria silenciosa». Interrogando-se seguidamente acerca das intenções reais do

ex-presidente português (ter-se-á limitado a apoiar tacitamente o projecto de manifestação de 28 de Setembro? terá encorajado os seus promotores? tratar-se-ia de uma manobra concertada — de que o discurso de 10 de Setembro seria o «pontapé de saída» — visando exprimir com brilho o levantar e a reumatização da direita em nome do anti-marxismo?). «Le Monde» lembra também que os últimos acontecimentos «se iniciaram no prolongamento dos que, em Julho último, tinham conduzido à substituição do Primeiro Ministro moderado Palma Carlos». Mas, «num como noutro caso», «pode-se ler no «Monde» de dias depois: «o senso político do general Spínola, frequentemente posto em destaque pelos observadores, saiu nitidamente desalçado».

Mas não se encontra a mesma análise em todos os jornais. Assim, num editorial publicado após a demissão do general Spínola, o jornal «L'Aurore» (direita) julga, pelo contrário, que são «os excessos de velocidade no processo de descolonização a acclaração do proselitismo do Partido Comunista, a degradação da situação económica e as solicitações de cada vez mais angustiada mundo dos negócios», que levaram o general Spínola a agir. «O plebiscito que lhe tinha sido recusado pelo recurso antecipado às urnas, esperava ele obtê-lo através da rua». Fazendo ainda notar que o ex-Presidente da República «perdeu a cartada» ou duplicou os saberes que tinha resolvido apostar com a esquerda, «L'Aurore» junta-se

às preocupações dos restantes jornais exprimindo a opinião de que se Portugal evitou no sábado passado uma confrontação sangrenta, «talvez não tenha ainda poupado uma guerra.»

Assim, para «France Soir», esta derrota incontestável da direita «não constitui por si além uma vitória de que a esquerda deva regozijar-se», porque se a primeira perdeu uma batalha, pode dizer-se, ouvindo Spínola, que não perdeu a guerra». Em linhas gerais, «France Soir» pensa que o regime português «está atingido por uma tara ou, se se preferir, de uma fraqueza, que se acreditava ser apranço dos regimes de direita: saiu de um putsch militar». Dito de outra maneira, para «France Soir», o que uns tanques fizeram, outros podem um dia desfazê-lo... os que manifestam hoje, nas ruas de Lisboa, a sua alegria deverão, se é que o não fazem já, reflectir neste assunto».

O mesmo tom dos lados do «Figaro» (conservador). Segundo este jornal, a direita portuguesa ainda não perdeu a partida. Considera pelo contrário, que «apesar do sucesso espectacular da esquerda, estão reunidos todos os elementos de uma situação explosiva». A saber: uma situação económica que nada tem de brilhante, uma taxa de inflação elevada, uma sensível recessão nos sectores-chave, a hesitação de muitos trabalhadores emigrados em repatriar a sua poupança para Lisboa... em poucas palavras, para o «Figaro», «o novo regime português é praticamente condenado a radicalizar-se e os seus adversários são obrigados a reagir violentamente num curto espaço de tempo». Tais são as razões porque este jornal pensa que «o minuto da verdade se aproxima num Portugal onde o general do monóculo terá representado, durante cinco

meses, uma espécie de frágil lugar comum de encontro».

Estas análises não são partilhadas pelo «Monde» que considera que as repercussões do revés sofrido pela direita no passado dia 28 de Setembro («o segundo em dois meses e meio»), «pode ser de tal ordem que signifique para ela a perda do combate que entendia levar a cabo contra o marxismo». Notando igualmente que a esquerda sai ainda mais reforçada deste confronto, o «Monde» pensa também que não é só a extrema-direita «saudosista do salazarismo-caetanismo» que sai bastante enraquecida dos acontecimentos, mas também a direita moderada e liberal.

Segundo o «Monde», esta nova derrota traz também um sério golpe às esperanças alimentadas por certa direita liberal que chegará às próximas eleições em condições pouco favoráveis... mas, interrogando-se também sobre o alcance da demissão de Spínola, «Le Monde» continua a perguntar se o ex-Presidente da República não irá passar por uma vítima dos marxistas e tornar-se assim um «leader» da oposição de direita. Por outro lado, o mesmo jornal pergunta também se o MFA vai conseguir continuar tão unido depois da demissão de Spínola... de qualquer maneira, para «Le Monde» não existe qualquer dúvida que «os oficiais de esquerda não podem sair radicais de uma crise no decurso da qual viram aproximar-se o espectro do receado fascismo».

É exactamente acerca das consequências e do alcance desta «radicalização» dos jovens oficiais do MFA que um bom número de jornais franceses se interrogam, a começar pelo «L'Aurore»... com efeito, depois de ter afirmado que, demitindo-se, o general Spínola tinha

pago o direito de se exprimir e «escolhido a liberdade», impondo-se em princípio como o «chefe dos liberais e conservadores portugueses»... «varridos no sábado na sequência da proibição de se manifestarem», este diário pergunta-se se Portugal escapou «a quarenta e dois anos de um poder autoritário de direita para se precipitar numa outra ditadura: esta, diz o jornal "L'Aurore", que o Partido Comunista espera impôr pela sua aliança muito circunstancial e não menos inesperada com o MFA e pelo

mao desencadeado pela caça às bruxas»...

Muito mais moderado, o «Quotidien de Paris» contenta-se em fazer notar, no entretanto, que a demissão do general Spínola coloca a esquerda portuguesa numa situação excepcional na Europa ocidental: «ela assegura, por si só, com os comunistas à cabeça, a responsabilidade do poder. Segundo o mesmo jornal, esta situação + que escapa a qualquer comparação histórica e que coloca Portugal "fora dos esquemas revolucionários

clássicos» não deveria no entanto fazer esquecer, que Portugal está na Europa Ocidental e que a instauração de uma democracia popular «viria romper um equilíbrio sobre o qual repousa a paz mundial».

Em conclusão, o «Quotidien de Paris» julga que a esquerda portuguesa «deverá ter ambições mais altas do que a sua actual situação».

JOSE ALVES

## Aplausos e quase pânico

NA IMPOSSIBILIDADE de fazer uma cobertura não exaustiva mas mesmo relativamente completa do que no mundo se escreveu sobre o «28 de Setembro» (à parte os dois países que destacámos — França e Grécia), apresentaremos uma pequena resenha de comentários que nos pareceram mais significativos.

**África** — Nas jovens nações do Continente Negro o tom geral foi de simpatia pelo desfecho dos acontecimentos do passado fim de semana. A Rádio de Conakri, por exemplo, saudou a demissão do general Spínola como «uma vitória sobre o fascismo e o colonialismo portugueses». Em contrapartida, porém, o jornal «Salongo», de Kinshasa, considera que aquele mesmo facto «repõe todo o problema da orientação da política portuguesa» e põe em dúvida se «os novos chefes prosseguirão a empresa da descolonização iniciada pelo grande soldado que se apaga».

**Europa** — Na esmagadora generalidade dos países a

Imprensa dita não partidária caracterizou-se pelo uso imoderado da tónica do alarmismo, tocendo os mais negros presságios ao futuro de Portugal. A Imprensa britânica foi, neste aspecto, particularmente pessimista, salvando-se apenas o «Guardian» do clima de quase histeria que assaltou os jornais ingleses, quase todos eles, aliás, comprometidos com os grandes interesses financeiros da City. Naturalmente que os países socialistas não afinaram por tal diapasão, antes sendo unânimes em regozijarem-se com a evolução dos acontecimentos.

**Brasil** — A «preocupação» dos grandes jornais brasileiros reflectiu a forma como reagiram os meios influentes do país ao

«28 de Setembro». Alguns até saíram mais cedo para anunciarem que «Portugal se encontra numa das mais dramáticas situações da sua História», como escreveu o «Estado de São Paulo». A única nota discordante foi a dada pelo «Diário de Notícias»: «O M. F. A. e chefes militares de primeira grandeza, como o general Costa Gomes, evitaram, por medidas imediatas, o golpe ou a guerra civil». Do general Spínola traça um retrato em rápidas pinceladas: «aristocratismo teatral, autoritarismo irreprimível e impossibilidade de vencer as suas ligações anteriores» e classifica o seu discurso de demissão como «patético».



A longa noite de 27-28 de Setembro

# Nos bastidores da História



A NOITE 27-28 de Setembro é daquelas que fazem história no evoluir do processo político actualmente a decorrer em Portugal. Uma noite que ainda não está completamente esclarecida, mas durante a qual o poder oscilou na adolescente democracia portuguesa. EXPRESSO pretende ir mais longe pelo campo dos bastidores, pondo a descoberto os cordelinhos que foram movimentados, alguns dos quais a movimentaram-se conscientemente ou inconscientemente no âmbito da conspiração cada vez mais clara.



Populares e Forças Armadas colaboraram durante horas seguidas na vistoria dos automóveis, a fim de evitarem que armas fossem introduzidas em Lisboa

## Spinola na tourada

HA CERCA de 20 dias que o serviço de informação do Estado-Maior-General das Forças Armadas tinha conhecimento de tráfico de armas através das fronteiras marítimas e terrestres (conhecimento que permitiu o desmantelamento da rede). No fim da semana de 15 a 21 de Setembro, os mesmos serviços detectavam a informação que alguém pretendia adquirir rapidamente armas, como já divulgámos no número anterior. Entretanto a manifestação da autodenominada "maioria silenciosa" começa a tomar forma.

Durante as colagens de cartazes dessa manifestação, verificam-se incidentes, entre os coladores dos tais cartazes, armados de cacetes e "parabellum" e alguns populares que deles se acceiraram durante as mesmas colagens. Chega, entretanto, ao conhecimento do Movimento das Forças Armadas que o nome das Forças Armadas estaria a ser invocado no alugar de aviões, no aeródromo de Tires, para espalhar panfletos convocatórios da manifestação pela cidade de Lisboa e não só. Toda essa campanha atinge o seu auge durante a tourada de dia 26 de Setembro.

A esmagadora maioria das entradas para essa corrida tinha sido adquirida por Bancos, financeiros, etc. e distribuídos gratuitamente pelos seus sócios.

Tudo estava pois sabiamente orquestrado. A entrada, ao chegar o carro que transportava o

Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, não se vendo bem quem realmente vinha no carro oficial, uma determinada multidão aplaude vibrantemente a chegada (que se pensava ser do gen. Spínola); parado o carro, verifica-se ser o Primeiro-Ministro. As palmas quase cessam!

Algum tempo depois, já na tourada, o Primeiro-Ministro é vaiado.

A determinada altura ouvem-se gritos de viva o MFA seguidos de estridentes apupos.

Girândola Vila Morena tocada pela banda da praça de touros é também apupada, bem como "Avante Camaradas". Uma convocação para a manifestação da "tal" maioria silenciosa é feita aos microfones.

Após o intervalo, o gen. Spínola é aclamado à entrada no camarote oficial; pouco depois o brigadeiro Vasco Gonçalves, entra no camarote e é recebido ao gritos.

A passividade do ex-Presidente da República, perante tais factos mantém-se. O gen. Galvão de Melo mantém-se também impassível. Entre os espectadores encostrava-se o major Sanches Oubrio, ex-Ministro da Comunicação Social.

Ao terminar a tourada José João Zoto, filho do Conde de Pavulo suspeito de tráfico de armas por o Bladra e actualmente preso à ordem do MFA, dá a volta à arena empunhando um cartaz convocatório da manifestação da dita maioria silenciosa. A porta da pra-

ça de touros realiza-se então uma contramanifestação das forças de esquerda, durante a qual se verificam alguns incidentes entre os manifestantes e os reaccionários ocupantes da praça de touros.

Nessa altura, o gen. Galvão de Melo faz afirmações depreciativas em relação às forças de esquerda.

Durante todo o tempo que durou a manifestação estiveram presentes Polícia Militar e Naval, bem como PSP e GNR. Estas últimas, enquanto presentes as forças militares mantiveram-se nos seus postos; retiradas que foram as Forças Armadas, apupadas pela população reaccionária, a GNR avançou aos aplausos dessa mesma população reaccionária, e começou a manobrar os seus cavalos junto dos manifestantes tentando fazê-los dispersar, o que não conseguiu, seguindo pouco depois dali, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa uma manifestação contra a reacção.

Tinha sido o primeiro confronto de forças entre hordas reaccionárias e forças progressistas.

Estava nessa altura decidido todo um processo de conspiração em que a execução de uma longa lista de pensos, entre os quais a do Primeiro-Ministro e grande parte dos elementos do MFA, por elementos mercenários contratados, seria apenas a primeira fase, de um processo muito mais complexo que visaria o próprio gen. Spínola, na sua fase final.

## A longa noite

### Dia 27 — o primeiro de 3 dias decisivos

Conhecidos todos os elementos principais, durante a tarde do dia 27, no Forte do Alfo do Douro, oficiais intimamente ligados ao COPCON e ao MFA, em geral, reunem-se com o brig.<sup>o</sup> Otelo Saraiva de Carvalho, estudando a situação a que tinham de fazer face. A tónica desta reunião seria a noite 27/28.

Cerca das 19 horas e 30 minutos, a reunião é dada por finda. Dele saem, tal como em 26 de Abril, oficiais em missões de "consulta" com o fim de proceder às detecções já anunciadas. Durante toda a noite as prisões sucedem-se. Tentava-se desta modo cortar o efluxo de miúdas facetas em movimento.

Durante a manhã de hoje o novo dia, e após o conselho de Ministros o Primeiro-Ministro é chamado a Belém, convocado para uma reunião durante a tarde. Ao início desta reunião, Galvão de Melo insiste-o, ao que é apoiado pelos Chefes de Estado-Maior do Exército e Força Aérea, perante a possibilidade da ex-Présidente da República. Esta vez não há resposta. Estando o brig.<sup>o</sup> Saraiva de Carvalho. Foi um momento muito sério da palavra o gen. António de Spínola. Ao princípio da noite, depois do Conselho de Ministros a que presidia, o ex-Presidente conheceu uma reunião da JNS na qual exigiu a presença do

Primeiro-Ministro e do brig.<sup>o</sup> Saraiva de Carvalho.

Paralelamente a esta reunião estavam em S. Bento reuniões alguns oficiais do MFA.

A reunião de JNS acabaram por comparecer também os ex-ministros Sanches Oubiro e Firmão Miguel.

Em S. Bento os oficiais do MFA vivem em grande tensão; o oficial de ligação de Vasco Gonçalves, em Belém, com os membros da Comissão Coordenadora fala por muitas palavras. Na mesma altura, ao COPCON chegaram as informações mais contraditórias.

Depois da entrada, em Belém do major Sanches Oubiro, foi dada a ordem às estações de rádio para suspenderem as suas emissões. As forças do COPCON esticadas em dispositivos de segurança e entre outras missões são substituídas por forças da PSP, no caso da EN, comandadas pelo seu comandante diurno, major Casanova (infante) impulsionado na intenção de 15 de Março das Cidades da Raia, simpatisante de Spínola. Apenas a RTP continua ocupada por tropas da EPAM. Pouco depois dessa ocupação, a EN retira-se a sua embaixada, com um comunicado pelo próprio major Sanches Oubiro que regista da população e levantamento das barricadas e autorizando a manifestação.

Entretanto o conflito no espírito dos portugueses, que, pela falta de informações, eram alvo dos mais

contraditórios boatos. Os telefones começam a ficar "empastados" e qualquer chamada telefónica leva longos minutos a obter.

As massas populares que haviam organizado as vigílias de vigilância nas estradas continuavam armadas em algumas viaturas. Relembramos os casos do carro fenebreiro com um caixão contendo armamento e o das duas camionetas que após haverem conseguido passar a barricada de Vila Franca de Xira são detidas em Sacavém. Mas não foram só armas. Em alguns pontos do País foi também possível a apreensão de explosivos.

### O oficial da guarda com ordem de retirar

Cerca das três horas da madrugada, o oficial da GNR de serviço em S. Bento, comunica aos elementos do MFA que recebiam ordens dos seus superiores de retirar as suas forças, guarnição normal de guarda ao público, e que as ia cumprir. A defesa da Presidência do Conselho fica então entregue a uma força de 10 fazendeiros que tinham sido destacados para este local ao princípio da noite, após no período anterior a residência do Primeiro-Ministro ser encontrada a arma de alta intensidade apontada para o 3.<sup>o</sup> degredo da esquadra.

Entretanto os "comandos" do COPCON continuavam as prisões

na tentativa de assim desmantelar qualquer possibilidade de golpe reacionário.

Alguns tempos depois, corre o boato de que tropas paraquedistas avançam sobre Lisboa, e que uma companhia destas tropas especializadas teria como objectivo o palácio de S. Bento.

A presença de Vasco Gonçalves e de Saraiva de Carvalho em Belém levanta a dúvida da origem dos ordens recebidos. Apenas se sabia que elas eram originadas da Presidência da República desconhecendo-se se com o aval dos referidos oficiais do MFA ou se estes teriam mesmo liberdade para as conhecer. Na realidade, segundo círculos bem informados, Vasco Gonçalves teria sido convidado a ir dormir para um dos aposentos daquele palácio e mesmo acontecendo com o brig.<sup>o</sup> Saraiva de Carvalho.

Aproximadamente às quatro horas e trinta minutos, há a notícia de que o Primeiro-Ministro regressara a S. Bento e que Saraiva de Carvalho tinha regressado ao COPCON.

A situação começa então a aclarar-se e sabe-se que nenhuma força de paraquedistas avança sobre Lisboa. Com a presença de Saraiva de Carvalho no COPCON, o MFA começou de novo a ser senhor da situação. Os piquetes populares, que na sua maioria não tinham sido desfeitos reforçam-se com a presença de elementos do COPCON. Uma força de Artilharia que pouco depois é mandada retirar por desnecessária, torna posição à saída de Lisboa, na zona da Estrela do Norte, sem como cerca de uma companhia do RAL I. Na manhã desse mesmo dia, a situação está praticamente controlada. Cerca das oito e trinta, a EN transmite o primeiro comunicado do MFA que é precedido da canção Grândola.

Este comunicado teve, sem dúvidas, uma influência positiva nas massas populares. Pouco tempo antes uma força de Cavalaria 7 toma posição defensiva em torno da Presidência da República retirando cerca das nove e trinta.

No dia 28 de manhã a CC do MFA reúne em S. Bento com o Primeiro-Ministro e os ministros militares excepção feita ao ministro da Defesa tenente-coronel Mário Firmino Miguel e da Comunicação Social major Sanchez Outeiro. Dessa reunião resultou um caderno reivindicativo a apresentar ao gen. Spínola, no qual era exigida a demissão dos generais Manuel Diego Neto, Che-

### Costa Gomes convida Vasco Gonçalves

fe de Estado-Maior das Forças Aéreas; Jaime Silvério Marques, Chefe de Estado-Maior do Exército e Carlos Galvão de Melo da Junta de Salvação Nacional; e ainda do ministro Sanches Outeiro; no que respeita ao ministro da Defesa, por essa altura ainda nada estava decidido. Este caderno deveria ser apresentado pelo Primeiro-Ministro ao gen. Spínola numa reunião privada que acabou por não ter lugar visto Vasco Gonçalves apenas ter podido trocar breves palavras com o então Presidente da República. Do mesmo modo, os elementos da CC do MFA que se deslocaram a Belém com o Primeiro-Ministro regressaram sem ter conseguido avistar-se com o general, após uma longa espera. Nessa noite, o General Francisco Costa Gomes, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas convidou o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves para jantar na sua residência oficial no Forte de S. Julião da Barra. E de

sublinhar entretanto que, aquando da sua ida ao palácio de Belém, Primeiro-Ministro foi alvo de estrondosa ovacão por parte de populares presentes. Depois de jantar, seguiu-se uma reunião e que estiveram presentes, além de oficiais da CC do MFA, o gen. Costa Gomes que desde o primeiro momento estivera com os líderes do MFA e o Primeiro-Ministro. Nessa reunião foi pedido ao gen. Costa Gomes que, no domingo de manhã, aquando da reunião do Conselho de Estado convocou o gen. Spínola a apresentar a sua demissão. Costa Gomes não assentou a este pedido, afirmando, e estando, que se o Presidente tivesse apoiaria esta demissão.

Durante todo o domingo, as forças militares mantiveram a sua vigilância. Ao cabo de algumas reuniões, nesse dia, entre o Conselho de Estado e a Comissão Coordenadora do MFA fica indicada a demissão dos três generais da JSN em questão. Ao princípio da noite, as forças do COPCON substituem as forças militares da PSP e da GNR na defesa das estações de Rádio e as emissores voltam à sua actividade normal. Na manhã de segunda-feira, o gen. Spínola anuncia a Pals a renúncia ao cargo.

Pouco tempo depois, é anunciada a nomeação para o referido cargo do gen. Costa Gomes.

No que respeita à demissão dos generais da JSN, Vasco Gonçalves respondeu a um jornalista da seguinte forma: "não é possível construir uma democracia senão com democracia".

GONÇALVES, FERREIRA

## Polémicas

# A política de Saúde nos últimos 30 anos

Gonçalves Ferreira responde a Correia de Campos

NO PRINCÍPIO de Setembro, o EXPRESSO publicou dois artigos do dr. CORREIA DE CAMPOS sobre a política de saúde nas últimas três décadas.

O prof. GONÇALVES FERREIRA, que foi Secretário de Estado da Saúde no governo de Marcelo Caetano, considerando-se visado directamente por esses artigos, vem dar-lhes resposta.

O LONGO E (o) artigo que o Dr. Correia de Campos publicou no EXPRESSO, em 7 e 14 do corrente, com o título acima, possui uma intencional orientação interpretativa de aparência jurídica feita por linguagem deliberadamente impressionista, que pouco ajudará os leitores mal

familiarizados com o assunto a compreender toda esta importante questão, que é o atraso da saúde do nosso povo e, simultaneamente, a razão da incipiente e desadaptada orgânica dos serviços de que se dispõe para a melhorar.

Porque sou visado, directamente, com epítetos e en-

voltamentos inesactos, e ainda porque tenho obrigação de conhecer, de forma completa, a parte mais importante do assunto

apresentado pelo Dr. C. C., creio que será oportuno trazer, aqui, um comentário esclarecedor e realista, que consiste dos 5 pontos seguintes:

## 1.º — A evolução da política e dos Serviços de Saúde portugueses nos últimos 30 anos de fascismo

Os últimos 30 anos têm antecedentes, como é lógico, que não convém esquecer.

Depois da reforma de Ricardo Reis, no começo do século (1899-1906), a qual introduziu novos serviços de saúde sanitária (faculdade de higiene e de política sanitária) desacompanhados de outras medidas de saúde, Portugal esteve-se praticamente isolado do mundo durante quatro décadas de tempo com o seu modesto esquema de serviços sanitários, enquanto os países mais evoluídos foram evoluindo e adaptando novas concepções de organização de serviços e de trabalho em todos os sectores da saúde — promoção, prevenção, diagnóstico, reabilitação.

Não se tendo chegado a definir uma política de saúde, as acções neste campo continuaram a manter-se na base de múltiplas e dispersas iniciativas de caridade ou de assistência tradicionalista, mais ou menos organizadas e independentes, sem intervenção efectiva da comunidade e do Estado. O papel deste, a medida que as deficiências e as necessidades se tornavam mais sentidas, foi geralmente como supletivo e paliativo, cautelosamente, sem grandes compromissos, nos domínios de maior influência no público (hospitais, assistência curativa), para se imprimir um pouco mais depois de 1945. Também por volta da segunda grande guerra houve uma entidade nova, menos ou semi-oficial e fora da orgânica dos serviços de saúde, a Assistência, com atribuição de prazos curtos médicos, segundo esquema independente que se iria deparar à medida que aumentava a sua capacidade financeira. Entidade poderosa, não integrada numa política nacional de saúde, de um momento no País, criou uma rede pública de serviços para o grupo de seus beneficiários, como entidade, mais discricionária e rígida do que as instituições caritativas e assistenciais dominantes.

Passa-se, assim, ao fim de 45 anos (1901-1945), do esquema primitivo de prevenção e luta contra a doença, baseado num pequeno núcleo de serviços sanitários e em instituições caritativas e assistências particulares, que incluíam os hospitais — esquema esse completamente ineficaz, sem base científica, técnica e administrativa e ultrapassado há muito no mundo civilizado — para outro esquema pouco evoluído (Decreto-Lei n.º 35108, de 7 de Novembro de 1945).

Este decreto ficou conhecido por Estatuto da Assistência, e bem, porque, num época em que se conhecia já a experiência da organização de serviços de saúde modernos noutros países ocidentais, a experiência russa e os documentos que levaram à instituição na Grã-Bretanha de um Serviço Nacional de Saúde, nós continuávamos a não ter saúde. Apenas caridade e assistência.

Mas, pela primeira vez, aparece um esboço moderno dos serviços sanitários, ao nível central e regional, em que os elementos responsáveis, da ordem de menos de 4 dezenas, passavam a trabalhar em tempo completo, embora sem dispor de uma organização de serviços locais efectivos e operantes, e disciplina-se o funcionamento das instituições da assistência, sob vigilância de órgãos próprios, com carácter oficial ou semi-oficial, reforçando-as com dotações do Estado. Durante todo este período o conjunto de serviços caritativos — assistenciais — sanitários, dispersos e sem coordenação, esteve entregue ao Ministério do Interior, e só em 1958 foi criado o Ministério da Saúde e Assistência, aliás muito pobre e modesto de intenções, sem forças para recuperar o atraso da nossa situação, nem disposição para elaborar uma política definida e actualizada de saúde, e o que seria essencial, faz-la executar.

Não há, pois, razão para separar um período de «caridade fascista» de outro de «assistência social», nem

para dar às leis de saúde e assistência desta época qualquer relevo, porque não tiveram influência digna de nota, como se verá nos pontos 3.º e 4.º. Há, sim, que reconhecer a persistência e continuidade das mesmas intenções e o reforço da parte assistencial, depois da segunda grande guerra.

Acrescento-se que se pode falar de caridade no período liberal, no período republicano ou no período fascista, mas não de «caridade fascista». A caridade continuou igual a ela mesma, vindo de outros tempos, da persistência de tradições, de influências socio-económicas primitivas, de intervenções personalistas, familiares ou grupais não progressivas, que continuaram a encontrar óptimo ambiente no regime antiférrico iniciado em 1926. De resto, como o Dr. C. C. sabe, o fascismo era na doutrina e na prática contrário ao sentimento da caridade e da própria assistência privada (não governada pelo Estado). E assim se viveu até à mudança radical, que consistiu na concepção duma política de saúde actualizada e sua tradução legal, durante os anos de 1970-1971. Resumidamente, pode-se dizer que nos últimos 30 anos há que distinguir dois períodos:

— até 1970, em que, com legislação duma ordem ou outra, não houve modificação do nosso tipo caritativo-assistencial-sanitário de orientação política ou de serviços de saúde, e que estes nunca tinham que ver com um sistema organizado, nem com as concepções e realizações adoptadas nos países progressivos, mantendo-se completamente isolados dos novos serviços médicos da Previdência;

— de 1970-1971, quando foi elaborada e definida uma política de saúde, própria da nossa época e ajustada às necessidades, e criada a orgânica de serviços que a deviam executar, sob a forma de sistema de cuidados de saúde unitário e completo, integrando os serviços médicos da Previdência.

## 2.º — A situação da saúde da população portuguesa

No começo de 1971, escrevi na introdução do livro "Política da Saúde em Portugal — uma experiência de definição legislativa e de organização de serviços que o nosso país se deixou arrastar na vigilância da saúde e na prestação de cuidados médicos, sanitários, educativos e assistenciais à população relativamente a todos os outros países da Europa, sobretudo depois da primeira grande guerra e, ainda de forma mais acentuada, nas duas últimas décadas, sem que se tenha feito o esforço necessário para vencer tal situação. Durante longo período, a saúde da população parece ter sido considerada, entre nós, mais pelos políticos e governantes, como realidade secundária, que não precisava de estar na primeira linha do seu pensamento e de que não havia necessidade ou desejo de falar muito. — Este pólo meo a aparência dominante geral tinha as características do subdesenvolvimento e, em vários aspectos, lembrava a orientação que ainda hoje se rotula de colonial nos países com essa herança. — Daqui resultou ter-se chegado à década de 70 sem um serviço moderno de saúde, em actividades e pessoal, e com as estatísticas a traduzirem uma realidade deveras preocupante.

Esta realidade tem consistido na presença de numerosas doenças infecciosas e parasitárias incluindo a tuberculose, que afliu em largas massas de população, na grande morbilidade e mortalidade infantil (crianças até 1 ano de idade) e nas crianças de 1-4 anos e na idade escolar, que nos massiveram e mantêm na catástrofe de país não civilizado, na falta de cuidados para muitas outras doenças, desde as mentais às cardio-vasculares, e muito especialmente nas diferenças das condições de saúde e de acesso aos meios de tratamento entre classes e grupos da população. Estas diferenças são enormes e atingem o desumano, por se largos sectores da população não têm assegurados os benefícios elementares de higiene, da medicina qualificada e da educação sanitária, tendo vindo a continuando a viver com doenças e situações de falta de saúde

correspondentes a abandono e primitivismo, só conhecidas das comunidades de acentuado atraso educativo, económico e social. Tudo isto se traduz, por outro lado, na falta de capacidade de luta contra a doença e de vigilância e promoção da saúde, ao nível quatro escalões de intervenção:

— sanitário, em que as "barras infra-estruturas são extremamente deficientes (água potável, saneamento, habitação higiénica, urbanismo, impedimento da poluição), sendo preciso que a Nação faça grande esforço para as actualizar;

— cuidados primários de saúde, prestados de forma não coordenada por dezenas de instituições e serviços, sem constituírem um meio hoje indispensável de contacto permanente com os indivíduos e famílias, para se conhecerem e remediarem as suas situações, avaliando as necessidades, acompanhando e orientando os que precisam de cuidados. Estas são actividades permanentes, disciplinadas, oferecidas a toda a população, que precisa de as ter, utilizar e fazer progredir. Quem sabe que elas são absolutamente prioritárias? Quem luta por elas entre nós?

— cuidados hospitalares, a sua tradição é bem conhecida e nada comprovativa da nossa capacidade para os instituir em moldes modernos (qualidade, quantidade, facilidade de acesso);

— cuidados de recuperação, acompanhando-nos na qualidade e extensão dos benefícios prestados.

Os êxitos conseguidos na melhoria da saúde da população em sectores diversos e que as estatísticas específicas indicam (veja-se os relatórios do Gabinete de Estudos e Planeamento, 1970-1973, do então Ministro da Saúde e Assistência) devem-se a planos coordenados que foi possível elaborar e executar, sobretudo durante a década de 60. Para as doenças infecciosas — os de resultados mais evidentes e óbvios — foram os serviços, pobres e mal apoiados, da Direcção Geral de Saúde que conseguiram tais resultados inesperados.

### 3.º — Os grandes defeitos da estrutura "antiga" dos

Os cuidados de doença e de saúde de que a população portuguesa tem dispovo ao longo de todo este século aumentaram numa diversidade de prestações que vinha do Romantismo do século XIX e foram-se alargando, sem modificações importantes, nas 5 principais modalidades de intervenção:

— clínica livre, pelas relações privadas, esporádicas ou intermitentes, entre doentes e por sua família e o médico com reembolso dos serviços prestados por esta;

— medicina dos pobres, dependente da caridade e de certas prestações gratuitas de cuidados dependentes das autarquias administrativas ou de instituições benéficas, como as Misericórdias;

— um esboço de serviços de saúde pública, com intervenções burocráticas e sanitárias;

— instituições de carácter beneficente, com hospitais (alguns

todos pertencentes a Misericórdias independentes umas das outras), organizações de tipo «instituto», autónomas, cobrindo sectores específicos (materno-infantil, tuberculose, lepra, saúde mental) e outras organizações de apoio às famílias, aos menores e aos inválidos necessitados;

— serviços médico-sociais da Previdência, de organização recente na continuação de anteriores serviços múltiplos pouco desenvolvidos, para grupos de trabalhadores e familiares foram sendo abrangidos.

Entre nós, como em todo o mundo e à medida que a sociedade amplia a sua organização na dependência de novas relações económicas, administrativas e sociais, tem-se verificado que esta pluralidade de serviços de saúde é inadequada, ineficiente e enganadoramente dependosa.

As classes abastadas pelo dinheiro, têm múltiplas facilidades de cuidados de saúde à sua disposição, embora de qualidade variável, e servem-se, inclusivamente, dos estrangeiros; os pobres têm acesso a poucos e de qualidade irregular; e os trabalhadores abrangidos pela Previdência têm assegurados alguns, com diversas limitações e de qualidade geralmente pouco elevada.

Nesta diversidade de serviços a intervenção da comunidade e a orientação do Estado foi sempre de pequena influência e de carácter pouco ou nada progressivo mas acentou-se nas décadas de 50 e 60, em consequência das novas ideias e experiências do pós-guerra.

No que se refere a hospitais e Estatuto Hospitalar (1968), tanto quanto sei (não estou no seguimento dos deuses como o Dr. C. C. A. foi a acção dos responsáveis pela



### Serviços de Saúde

Direcção Geral dos Hospitais que a promoveu, depois da reorganização hospitalar inglesa, anos antes ter impressionado profundamente todos os que a acompanhámos.

Nada ou quase nada tem da influência de uma lei (n.º 1990) publicada em 1944, e que nem o legislador do Decreto-lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945, sequer seguiu. O Dr. C. C. voluntariamente esqueceu-se, em 1970 e da minha responsabilidade directa, houve importantes modificações ao Estatuto Hospitalar, estabelecendo-se o princípio da participação de todos os sectores do pessoal na sua gerência, com o regime da direcção colegial e a designação de dirigentes até um ponto que, provavelmente, não tem paralelo em qualquer outro país (Decreto n.º 499/70 de 29 de Outubro).

Em resumo: as grandes deficiências dos serviços existentes.

A data da reforma de 1971, resultavam da falta dum política de saúde; da ausência dum sistema de cuidados de saúde definido, da pulverização de serviços não coordenados e da baixa qualidade dos cuidados que prestavam, da discriminação do acesso a estes cuidados para as diversas classes sociais e da incapacidade dos órgãos da comunidade e dos governos para organizar, ao longo deste tempo; um serviço de saúde evoluído, actualizado, com as características de unidade e universalidade, como aconselham as condições e as necessidades da população e as exigências da sociedade moderna.

O resultado não podia deixar de ser outro — estar a população mais servida e com um nível de saúde inferior ao dos restantes países da Europa os quais tiveram mais preocupações do que nós na organização deste sector altamente complicado da vida social.

#### 4.º — O que é a Reforma de 1971 dos

A reforma de 1971 é muito mais importante do que algumas pessoas pensam, porque assenta em bases científicas, tecnológicas e administrativas e beneficia do conhecimento utilíssimo das experiências de aplicação dos quatro grandes tipos de sistemas de cuidados de saúde, ou simplesmente de doença, a funcionar, no mundo de hoje: o sistema liberal, pouco bem conhecido, o sistema nacional inglês, o sistema socialista russo e o esquema da previdência, este geralmente associado ao primeiro, embora sem coordenação.

Per tais razões, foi possível elaborar um sistema bem estruturado na base e aberto, que qualquer regime político progressivo, democrático ou socialista, pode pôr a funcionar, dependendo a rapidez e a extensão da execução do dinamismo governamental. O seu objectivo é a cobertura total da população.

O sistema é caracterizado pela definição de três linhas interligadas de desenvolvimento: a de uma política nacional de saúde estabelecida para toda a população; a de uma estrutura orgânica de serviços que lhe hão-de dar execução em todos os níveis; e a de

avaliação regular dos resultados do funcionamento dos serviços e das necessidades da população, de forma a conseguir-se a adaptação evolutiva, dentro dos princípios da unidade e da universalidade dos cuidados a prestar.

A política de saúde foi definida como responsabilidade do Estado, partindo do princípio de que na nossa época é preciso assegurar o direito à saúde a todos os portugueses, o que implica acesso regular e igual aos cuidados e à assistência complementares disponíveis, sem discriminação. Por sua vez a orgânica dos serviços e as suas funções compreendem especificadamente, além dos órgãos do governo e de coordenação interministeriais:

— serviços centrais, encarregados do planeamento, coordenação e direcção executiva, com Secretaria Geral (coordenação e apoio técnico e administrativo), Gabinete de Estado e Planeamento (funções consultivas, de estudo, de planeamento e de apoio aos Planos de Fomento), Instituto Nacional de Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública (investigação em saúde pública) e Direcções-Gerais (orientação, direcção e execução

das actividades de saúde);

— serviços locais, encarregados da efectivação da política de saúde, por execução das normas emanadas dos serviços centrais, nos sectores:

- a) dos cuidados primários de saúde, através da Direcção-Geral de Saúde;
- b) dos cuidados hospitalares, pela Direcção-Geral dos Hospitais;
- c) localizados ao nível da região, do distrito, do concelho e da freguesia, dentro de esquema funcional interligado.

A avaliação dos resultados, dependentes da coherência regular e generalizada dos elementos específicos feita em todos os serviços e ordenada escalonadamente, incumbe, no cume, ao escalão dos serviços centrais.

O órgão executivo fundamental do sector dos cuidados primários de saúde é o Centro de Saúde, ligação com os outros órgãos locais ainda não enquadrados, de forma a constituir a Unidade de Saúde de cada concelho, com os prolongamentos até à freguesia (postos de saúde). Trata-se, portanto, do núcleo funcional de integração progressiva dos serviços de saúde e assistência, que orienta e executa as respectivas actividades. Estas compreendem todas as acções de

## Serviços de Saúde portugueses

vigilância sanitária, os cuidados médicos preventivos e curativos do nascimento à morte, as tarefas de laboratório e a acção permanente de educação para a saúde, completadas pelo apoio hospitalar de diagnóstico e tratamento diferenciado, devidamente coordenado.

O centro de saúde representa uma extraordinária potencialidade, hoje bem conhecida nos países evoluídos relativamente às funções indicadas, e constitui na concepção que lhe dá a nova reforma um grande passo em frente, por se poderem reunir actividades dispersas sob a mesma orientação e faz-las executar por equipas de saúde constituídas por elementos com preparação adequada, o que, como a experiência vai mostrar, se traduzirá por resultados altamente favoráveis logo que a estrutura tenha atingido a capacidade de trabalho necessária. Pensava-se que seriam precisos 3 anos para criar

todos os centros, 2 a 3 para os pôr a funcionar, e mais 4 a 5, para os impor (pelos resultados e benefícios sentidos) à população, o que corresponderia ao período de 1971-1981.

A reforma implica a publicação de alguns diplomas relacionados com a integração dos serviços médicos da Presidência, da tuberculose, da lepra, da saúde mental e a elaboração do Código Sanitário Português, de que foram preparados os respectivos projectos.

Em resumo dispomos, no presente, duma reforma evoluída e completa dos serviços de saúde, sob a forma de legislação publicada ou preparada, dentro de conceitos que podem ou não ser aceites. A reforma quebra completamente com a tradição curativo-assistencial dos nossos serviços de saúde, para adquirir bases técnicas e administrativas, cuja execução nada tem de fácil.

## 5.º — História da Reforma de 1971 e conclusão

Esta história é simultaneamente curiosa e instrutiva, porque mostra como os governos, quando mudam de linhas de orientação e emveredam pelo que aqui se pode chamar reacionarismo, mesmo que uma vez ou outra aceitem o estudo aberto de problemas fundamentais da comunidade e concretizem para eles, legalmente, orientação correcta. São, e, no interesse colectivo, publicando os respectivos estatutos e regulamentos, têm sempre maneira de impedir ou retardar a sua aplicação prática, desde que a população fique passiva.

No nosso caso, as coisas passaram-se em 4 fases:

— a primeira começou em Janeiro de 1970, com abertura completa para se fazer uma reforma que dotasse o País, rapidamente, de serviços de saúde modernos e eficientes para toda a população, ao mesmo tempo que seriam promovidas reformas de base nos sectores da educação e da economia (planos de fomento). Os estudos foram iniciados por grupos representativos dos serviços (Direcções gerais), não sendo exacto que estes desochearam a elaboração da reforma, como afirma o Dr. C. C. Ele próprio tomou parte em estado parcelar (informática), que implicava o conhecimento da reforma, e foi até o primeiro signatário do respectivo relatório. As primeiras dificuldades surgiram em Agosto, as quais me levaram a pôr oficialmente a hipótese da saída imediata do Governo. Ultrapassada esta situação, tinha-se a legislação praticamente terminada, antes do fim de 1970. Acentua-se que estado tinha a ver com a lei n.º 2121, de 1973, que o Dr. C. C. tanto cita. Basta conhecê-las para se concluir que as doutrinas e os objectivos são opostos. Na impossibilidade de se alterar a Lei dada a composição da Câmara Corporativa e da Assembleia Legislativa que não o permitiram com rapidez e no sentido necessário, revolveu-se simplesmente, ignorá-la, embora seja citada no preâmbulo da nova legislação. O Dr. C. C. conhece isto bem e embora diga quase o contrário. Pela mesma razão, também foi resolvido não submeter a reforma à apreciação daqueles órgãos legislativos e publicá-la em

período da interrupção das suas funções;

— a segunda fase vai do fim de 1970 até Setembro de 1971, em que as dificuldades financeiras levantadas pelo Ministério das Finanças e a obstrução da Previdência à integração se conjugaram, de forma a não permitirem que a legislação fosse publicada nessa altura. Para evitar a perda total do trabalho e a oportunidade que não voltaria tão cedo, aceitaram-se compromissos, que, embora não atacassem o essencial da reforma, levaram a substituir o termo «integração», por «acordo» ou «comissões interministeriais», etc. etc. Compreende-se o que isto já significava;

— a terceira fase diz respeito ao período que vai de 27 de Setembro de 1971, data da publicação da legislação, até ao fim do ano.

Corresponde a um período recuo no caminho da efectivação, o que se deve em grande parte à oposição dos membros do governo e outras personalidades que consideraram a reforma demasiado «avanzada», ou mesmo «comunista». Não é verdade que a publicação em 27 de Setembro fosse feita à pressa. Pelo contrário, houve que esperar por esta data durante meses. O Dr. C. C. está mal informado a este respeito;

— a quarta fase, houve-se à anterior e adivinha-se, o que aconteceu, desde a minha saída do Governo, em Janeiro de 1972, até ao presente, como as dificuldades crescentes na execução e as atitudes das várias entidades, desde as instituições às pessoas, que prestam culto ao milagreiro Sário Dportunismo, muito venerado entre nós.

**Conclusão.** Há uma reforma que tem já o essencial e o que lhe falta é fácil de completar em termos de legislação. Mas terão as gerações presentes capacidade para executar reformas profundas, cujas dívoas em «O dilema da saúde e da doença na sociedade actual»? E não é com interpretações como a do Dr. C. C. que se ajudam a reviver os problemas fundamentais à saúde do nosso povo, nem com o espírito dilettantes que nos acostumámos a ver com muita frequência.